

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Eletrobras terá de devolver R\$ 2,9 bi a fundo do setor.....	2
Título: Petrobras abre processo de arbitragem contra o Uruguai	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	4
Título: Pré-sal pode garantir reforço no caixa.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Em giro no Nordeste, Lula enfrentará situação delicada com aliados	4
Título: Aliados ameaçam dificultar ajuste no Orçamento e pressionam Temer.....	6
Título: Governo depende do Congresso para cumprir meta fiscal	7
Título: Cemig espera fechar acordo com governo para manter hidrelétricas	9
Título: Braskem inicia 'nova fase' e é 1ª a tirar vermelho da Odebrecht da marca.....	11
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Ministro da Fazenda está mais forte do que nunca, afirma Eliseu Padilha	13
Título: Reforma política e pacote fiscal vão travar debates sobre Previdência.....	15
Título: Sem acordo, Câmara adia reforma e deixa valor do fundo para LOA	16
Título: Sinais que afetam a produção de petróleo no mundo	18
Título: Destaques	21
Título: Aneel cobra da Eletrobras R\$ 3 bi por má gestão da CCC	22
Título: Minoritário quer investigar venda da Petrobras Argentina.....	23
Título: Braskem muda marca e intensifica atuação global	25
Título: Etanol começa a ganhar espaço no mix de produção das usinas.....	26
Título: É inviável o país cumprir meta de avanço para biocombustíveis, conclui Embrapa ...	28
Título: Petrobras capta R\$ 4,989 bilhões com emissão de debêntures.....	30
Título: STF analisa construção de hidrelétricas.....	31

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Eletrobras terá de devolver R\$ 2,9 bi a fundo do setor**

Aneel concluiu que valor foi pago indevidamente a uma distribuidora da estatal

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) determinou ontem que a Eletrobras devolva R\$ 2,9 bilhões ao fundo do setor elétrico chamado de Conta de Consumo de Combustíveis. Os técnicos da agência concluíram que esses valores foram repassados indevidamente à Amazonas Energia, distribuidora do grupo Eletrobras no estado.

Esse dinheiro foi pago por todos os consumidores de energia do país por meio da conta de luz e, agora, terá de ser devolvido. Isso, porém, não deve ter efeito sobre as tarifas imediatamente, mas pode representar um alívio nas contas de luz em 2018, desde que a estatal pague o valor até o fim deste ano.

A Eletrobras tem 90 dias para devolver os recursos, caso não consiga um efeito suspensivo da decisão na diretoria colegiada da agência. Até este ano, a estatal era gestora do fundo setorial. Por isso, cabia a ela repassar os valores à distribuidora. Os recursos são usados para subsidiar a geração de energia em regiões isoladas, onde é preciso usar usinas termelétricas, caso do Amazonas. A Amazonas Energia recebe o equivalente a 70% dos recursos do fundo. Além disso, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, atual gestora do fundo, deve interromper imediatamente o repasse de R\$ 55 milhões por mês à distribuidora referente a uma dívida que a Amazonas diz ter com o fundo, mas que, para a Aneel, não existe.

A Aneel passou um ano investigando os repasses do fundo setorial à distribuidora entre 2009 e 2016. O principal problema detectado foi a constatação de que a Amazonas Energia pagava por um consumo de combustível maior do que o necessário para gerar a energia.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Bruno Rosa****Título: Petrobras abre processo de arbitragem contra o Uruguai**

Caso envolve divergências em contratos de duas distribuidoras de gás no país

A Petrobras decidiu iniciar um processo de arbitragem internacional contra o governo do Uruguai por divergências em relação aos termos do contrato de concessão de duas distribuidoras de gás no país vizinho. A Petrobras é dona de 100% das ações da Distribuidora de Gás de Montevideu (DGM) e de 55% da Conecta.

O centro da disputa é a alta no preço do gás. A Argentina é a única fornecedora do produto ao Uruguai e mudou as regras para fornecimento no início da década passada. Segundo a Petrobras, o preço de importação do gás argentino ao Uruguai foi multiplicado por oito entre 2005 e 2015. As mudanças nas condições de importação geraram restrição de abastecimento e desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos, de acordo com a estatal.

Em maio, a relação entre Petrobras e Uruguai entrou em crise, já que o governo do país vizinho não repassou para as tarifas o aumento nos custos operacionais, aumentando os prejuízos para empresas da Petrobras. O estopim para a decisão de recorrer à arbitragem internacional foi a execução de garantias bancárias da DGM no valor de US\$ 3 milhões feita pelo governo, alegando descumprimento do pagamento de parte do arrendamento pelo uso dos bens concedidos.

SAÍDA DA OAS INVIABILIZOU UNIDADE NO URUGUAI

A DGM, controlada pela Petrobras, avalia que a cobrança é resultado da inclusão "abusiva" de impostos e royalties argentinos no cálculo do governo uruguaio. A DGM vinha pagando parte do arrendamento e discutindo, em âmbito administrativo, a parte com a qual não concorda. — A Petrobras foi tentando buscar um entendimento ao longo dos anos, mas a situação se agravou. A estatal tem presença muito grande no país, onde as duas empresas do Uruguai são da Petrobras, que ainda tem uma rede de 88 postos de combustíveis — disse uma fonte.

Em entrevista ao jornal "El País" uruguaio, a ministra da Indústria, Carolina Cosse, disse que o pedido da Petrobras é "inexplicável". Os entraves para a construção de uma planta re-gaseificadora também desgastaram a relação. O governo do Uruguai decidiu suspender o projeto, após a OAS, empresa responsável pela construção, desistir do empreendimento, após os desdobramentos da Operação Lava-Jato. Assim, a Engie, que faria a operação da planta, refez a licitação, mas, como o preço veio muito acima do da OAS, o governo suspendeu o projeto, lembra o especialista Marco Tavares, da consultoria Gas Energy: — Essa unidade iria reduzir a dependência do Uruguai com o gás da Argentina. Mas o negócio não foi para frente, após a saída da OAS, que abandonou o projeto. O Uruguai vive um problema energético, pois sua única fornecedora, a Argentina, está importando gás da Bolívia e até construiu terminais de GNL (Gás Natural Liquefeito).

O mercado de gás do Uruguai é pequeno. Lá, são consumidos cerca de 500 mil metros cúbicos por dia. No Estado do Rio, são 12 milhões de metros cúbicos diários, calcula Tavares. Nesta semana, o Uruguai já havia se envolvido em polêmica com o Brasil ao criticar a reforma trabalhista aprovada este ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Pré-sal pode garantir reforço no caixa

Embora ainda não sejam receitas incorporadas ao Orçamento de 2018, o governo conta com recursos que podem vir da renegociação com a Petrobrás dos preços fixados no contrato de cessão onerosa de áreas de exploração de petróleo no pré-sal. "Isso pode dar um dinheiro considerável", disse o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Ele afirmou ainda não ter os cálculos precisos de quanto pode ser obtido com esse "realinhamento de preços". Mas essa é uma das medidas que pode incrementar a previsão de arrecadação de R\$ 20 bilhões com concessões no ano que vem.

A estatal, por sua vez, se diz credora do governo e chegou a sugerir que ganhasse o direito de explorar uma quantidade maior de petróleo nessas áreas como compensação. A.F., i.t. e L.R

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: CATIA SEABRA DE SÃO PAULO

Título: Em giro no Nordeste, Lula enfrentará situação delicada com aliados

O ex-presidente Lula vai transitar, a partir desta quinta-feira (17), por território marcado por tensão política.

Disposto a demonstrar força após sua condenação em primeira instância e às vésperas de um novo depoimento ao juiz Sergio Moro, Lula desembarca em Salvador para largada de uma caravana que se encerrará em 5 de setembro, no Maranhão.

Apesar de liderar as pesquisas eleitorais no Nordeste, ele terá que transpor pedras no caminho.

Ponto de partida, a Bahia é governado por Rui Costa, petista que chegou a defender em privado a permanência de Michel Temer na Presidência para evitar a ascensão do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Antecessor de Costa, o ex-ministro petista Jaques Wagner também sustentou a tese de que Maia poderia surpreender no cargo, prejudicando o PT. Maia é do mesmo partido do prefeito de Salvador, ACM Neto, principal adversário do PT no Estado.

À época das declarações, o governador da Bahia negociava com Temer a liberação de empréstimo de R\$ 600 milhões. No dia 13 de julho, data da votação da denúncia contra Temer na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, a autorização para o empréstimo foi publicada no "Diário Oficial" da União. Mas, segundo o senador Otto Alencar (PSD-BA), o ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) telefonou-lhe informando que, em atendimento a ordens superiores, o empréstimo não seria liberado. "Houve uma gestão do DEM sobre o presidente para que o empréstimo não fosse concretizado", afirma o senador. No domingo (13), Wagner acusou, em discurso, o DEM e o PSDB do Estado de impedir o empréstimo. Disse que obras viárias estão paradas em decorrência do que chamou de mesquinha dos adversários. Segundo o ex-ministro, o próprio presidente telefonou a Rui Costa informando que os recursos chegariam aos cofres do Estado.

O deputado federal José Carlos Aleluia (DEM-BA) rebate: "Não temos nada a ver com o desespero financeiro do governador. Ele tentou uma barganha com o governo Temer, trocando votos contra a licença para processar o presidente por um empréstimo".

Potenciais adversários nas eleições para o governo baiano em 2018, Costa e ACM Neto travam duro embate público. O prefeito nega ingerência para impedir o repasse. Chamando a acusação de "absurda e despropositada", ironiza o que chama de obsessão de Wagner por ele.

"Não faço com eles o que fizeram comigo durante quatro anos de governo Dilma", disse ACM Neto. Apesar da disputa, o prefeito soteropolitano afirma que não está prevista, por parte do DEM, qualquer manifestação contra Lula no Estado.

OUTROS ESTADOS

Já em Alagoas, onde o ex-presidente fará uma travessia de lancha sobre o Rio São Francisco, circula nas redes sociais uma convocação para protestos nas cidades de Penedo e Arapiraca.

No Ceará, Lula se defrontará com mal-estar em torno da íntima relação do governador Camilo Santana (PT) com os irmãos Cid e Ciro Gomes, do PDT. Uma semana antes da chegada de Lula, participaram de atos públicos, ao lado do presidente nacional pedetista, Carlos Lupi, numa clara demarcação de território.

Lupi diz que a viagem ao Ceará serviu para "reafirmar o partido como um todo e além da candidatura do Ciro a presidente". Ele prega uma parceria com Camilo nas eleições de 2018.

No Maranhão, a dificuldade está na acomodação do governador Flávio Dino (PC do B) e da família Sarney em uma mesma atividade.

Em Pernambuco, o governador Paulo Câmara (PSB) poderá ser ponto positivo a Lula no percurso, embora seja tido como maior opositor do PT no Estado. Na semana passada, Câmara recebeu o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad para almoço. Petistas não descartam uma aliança com o PSB no Estado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: CARVALHO BRUNO BOGHOSSIAN MARINA DIAS DE BRASÍLIA

Título: Aliados ameaçam dificultar ajuste no Orçamento e pressionam Temer

O presidente Michel Temer enfrentará dificuldades para aprovar no Congresso o aumento do rombo nos Orçamentos de 2017 e 2018 para R\$ 159 bilhões. O governo tem contra si a insatisfação dos aliados na CMO (Comissão Mista de Orçamento), onde começa a tramitar a proposta de revisão da meta fiscal.

Os membros do colegiado estão irritados por causa da série de vetos do presidente à LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2018, aprovada antes do recesso de julho.

"Um governo arrogante e prepotente é sinônimo de governo fracassado. A ideia não é retaliar. Mas não há como negar que esta atitude insensível, para não dizer irresponsável do governo, criou conflito desnecessário", disse o senador Dário Berger (PMDB-SC), presidente da comissão.

Foram vetados, por exemplo, trechos que incluíam no rol de prioridades o Plano Nacional de Educação e a conclusão de obras inacabadas. Outro ponto barrado obrigava o governo a reduzir incentivos e benefícios tributários, financeiros e creditícios.

Embora muitos parlamentares tenham defendido uma meta maior para acomodar gastos antes das eleições de 2018, eles agora querem criar dificuldades para conseguir mais espaço no governo.

Aliados dizem que Temer pagará um preço alto, visto que gastou todo o seu capital político para se salvar na votação que barrou a denúncia de corrupção e, agora ficou sem espaço para oferecer mais aos parlamentares que buscam cargos e verbas para seus redutos eleitorais.

A cobrança, no entanto, continua. "Não reorganizar a Esplanada dos Ministérios poderá ser fatal", disse o deputado Rogério Rosso (PSD-DF).

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), crítico da ampliação do rombo, defendeu as medidas de ajuste: "Precisamos trabalhar os deputados mostrando a importância das matérias".

"É natural que haja resistências nesse debate, e foi assim em outros governos, mas temos certeza de que teremos votos suficientes para colocar as contas em ordem", disse o líder do governo no Congresso, André Moura (PSC-SE).

A equipe econômica quer endurecer o discurso com o Congresso. Dirá que, sem a expansão do deficit, serviços serão cortados, e emendas parlamentares, congeladas.

Fazenda e Planejamento tratam a ameaça de travar a alteração da meta fiscal como bravata e dizem ter certeza de que ela será aprovada, pois os parlamentares não gostariam de arcar com o ônus de paralisar o governo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: JULIO WIZIACK MARIANA CARNEIRO MAELI PRADO BRUNO BOGHOSSIAN DE BRASÍLIA

Título: Governo depende do Congresso para cumprir meta fiscal

O governo baixou medidas para travar o deficit orçamentário deste ano e do próximo em R\$ 159 bilhões, mas o presidente Michel Temer só tem autonomia para garantir 8% dos R\$ 33,6 bilhões em aumento de receitas e corte de gastos propostos para o cumprimento dessas metas.

Por decreto presidencial, será possível apenas congelar benefícios a exportadores do programa Reintegra, medida que pode gerar R\$ 2,6 bilhões no próximo ano. Os R\$ 31 bilhões restantes precisam ser aprovados pelo Congresso em um momento de fragilidade política do presidente.

Entre elas estão o programa de refinanciamento de dívidas tributárias (Refis) e a reoneração da folha de pagamento de alguns setores.

Para a área econômica, haverá uma "crise orçamentária" caso não sejam aprovadas essas duas medidas, além do novo juro do BNDES (TLP) e da reforma da Previdência. As mudanças enfrentam resistência até da base aliada.

Diante de sucessivas frustrações de receitas e da prioridade dada pelo Congresso às discussões sobre a criação de um fundo de R\$ 3,6 bilhões para financiamento de campanha, a Secretaria do Tesouro Nacional chegou a considerar o "shut down" como forma de impedir o aumento adicional do rombo orçamentário. Mas foi voto vencido.

O termo em inglês é usado pela equipe econômica para definir um corte drástico de despesas em valor correspondente à frustração de receitas para o cumprimento das metas. Se isso for feito, serviços essenciais serão paralisados.

A partir de agora, o corte passa a ser uma possibilidade caso as medidas que seguiram para o Congresso não sejam aprovadas a tempo.

O governo não consegue sequer aprovar o Refis. Duas MPs foram enviadas ao Congresso, e os deputados e senadores —boa parte devedor da Receita— desfiguraram o programa com vantagens que trazem perdas de arrecadação nos próximos anos.

Nas últimas reuniões sobre o programa, o secretário-executivo da Fazenda, Eduardo Guardia, chegou a dizer aos parlamentares que recomendará o veto integral a Temer caso a medida não volte a ser como era. Mas o presidente cedeu e pediu que a Fazenda fizesse uma contraproposta. Ela ainda será apresentada, com menos concessões. Por isso, em vez de arrecadar R\$ 13 bilhões, a previsão agora é de R\$ 10 bilhões neste ano.

Até agora, as adesões ao programa, que está valendo por meio da medida provisória, renderam R\$ 3,5 bilhões.

HIDRELÉTRICAS

Outro impasse é a venda de quatro hidrelétricas da Cemig que devem reforçar o caixa da União em R\$ 11 bilhões.

A estatal mineira se recusou a renovar os contratos de concessão dessas usinas nas condições impostas por Dilma Rousseff, e o governo pediu a devolução. A Cemig foi ao Supremo. O caso deve ser julgado na terça-feira (22).

Liderada pelo PSDB, a bancada mineira tenta negociar com o governo uma forma de garantir que a Cemig possa comprar as usinas com financiamento de um consórcio de bancos liderado pelo BNDES.

A equipe econômica não se opõe à operação, desde que ocorra neste ano e garanta as receitas previstas.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: CAROLINA LINHARES DE BELO HORIZONTE DA REUTERS

Título: Cemig espera fechar acordo com governo para manter hidrelétricas

A direção da Cemig, estatal mineira de energia elétrica, está otimista com relação a um acordo com o governo federal nos próximos dias para manter a concessão de usinas hidrelétricas previstas para irem a leilão em setembro.

O governo quer leiloar as usinas São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, que somam 2,922 gigawatts em capacidade instalada e representam quase 50% do parque gerador da companhia. O objetivo é arrecadar até R\$ 11 bilhões de reais com a cobrança de bônus de outorga na licitação.

A concessão das usinas venceram entre agosto de 2013 e fevereiro de 2017, mas têm sido mantidas por decisões judiciais. No entendimento da Cemig, o contrato de concessão das usinas, de 1997, dá direito a uma renovação automática por 20 anos, o que se aplicaria às três primeiras hidrelétricas -Volta Grande já foi renovada.

"Estamos próximos a um acordo em bom termo com o governo federal", disse Antonio Carlos Vélez, superintendente de Relações com Investidores da Cemig, em entrevista nesta quarta-feira (16).

"O que eu posso reforçar é que é uma negociação que vai ser certamente rentável para a Cemig e boa também para o governo federal, evidentemente, para ajudar a resolver a questão fiscal."

Segundo Vélez, há espaço e tempo hábil para que o acordo seja fechado antes do próximo dia 22, quando o STF (Supremo Tribunal Federal) julga uma ação em que a Cemig pede a suspensão do leilão das Usinas.

A estatal havia feito o mesmo pedido ao TCU (Tribunal de Contas da União), mas a corte decidiu por manter o leilão. O edital do certame foi aprovado pela Aneel na semana passada.

Nesta terça (15), o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o leilão das concessões das hidrelétricas da Cemig está mantido. Ele afirmou ainda que a previsão de arrecadação com os leilões está mantida, a não ser que Cemig possa apresentar proposta mais adequada no sentido de preservar interesses da União.

Parlamentares mineiros intensificaram a pressão para que o governo federal aceite uma negociação. Para a União, no entanto, manter o leilão seria estratégico no sentido de reduzir o deficit.

Vélez não descarta que a Cemig participe do leilão caso não consiga viabilizar um acordo com o governo.

Segundo o deputado federal Fábio Ramalho (PMDB-MG), as conversas entre o governo e a estatal estão em andamento. "O governo está disposto a aceitar se a Cemig oferecer os R\$ 11 bilhões pelas usinas", disse à Folha.

Na terça, o senador Aécio Neves (PSDB-MG) se reuniu com o presidente Michel Temer para intervir a favor da Cemig. Na semana passada, o governador de Minas, Fernando Pimentel (PT), esteve em Brasília para conversar com o ministro Dias Toffoli sobre a questão.

Na sexta (18), Pimentel participará de um ato em defesa da manutenção das usinas na hidrelétrica de Miranda, em Indianópolis (MG), juntamente com deputados, prefeitos e a direção da Cemig.

IMPACTO

A Cemig tem defendido que o leilão das usinas acarretaria em aumento da tarifa de energia para o consumidor final.

"A única forma de o governo federal atrair investidores capazes de pagar à vista, ainda em 2017, o valor de R\$11 bilhões pretendido pela outorga das concessões das usinas foi assegurar aos potenciais participantes do leilão contratos com as distribuidoras correspondentes a 70% da energia a ser gerada, a preços elevados e por todo o período da concessão de 30 anos, com correção monetária", afirma a empresa em nota.

"Pode ser que num acordo negociado entre a Cemig e o governo federal, a Cemig se comprometa a receber uma receita menor, por exemplo, que no final se traduz por um custo menor para o consumidor, mas vai depender de uma negociação", disse Vélez.

VENDA DE ATIVOS

O lucro líquido da estatal mineira Cemig recuou 31,67% no segundo trimestre deste ano, ante igual período de 2016, conforme balanço de resultados da companhia publicado no fim de semana.

Quanto à dívida líquida, esta caiu 3,21%, para R\$ 12,54 bilhões.

A empresa publicou no fim de julho um plano de arrecadar US\$ 770 milhões com a venda de ativos no biênio 2017 e 2018, incluindo a sua fatia na controlada Light.

No caso da Light, Vélez afirmou que a empresa tem muitos potenciais compradores e que as ofertas não vinculantes devem ser recebidas até o fim de setembro.

O executivo evitou dar expectativas sobre como ocorrerá a venda da Light e explicou que uma decisão final "com certeza" será tomada neste ano.

Já em relação a usina de Santo Antônio, o executivo afirmou que a negociação para venda de fatia já está na fase final.

"Estamos negociando a redação do contrato de compra e venda de ações, nós entendemos que uma data provável de anunciar o signing de Santo Antonio é o fim deste mês", afirmou Vélez.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Braskem inicia 'nova fase' e é 1ª a tirar vermelho da Odebrecht da marca

A Braskem aproveitou seu aniversário de 15 anos de operação para anunciar a mudança em sua marca. A empresa foi a primeira pertencente à holding da Odebrecht a fazer a alteração em seu logotipo.

As empresas do grupo vão mudar seus nomes e seus logotipos a partir deste mês, como parte de uma estratégia que vem sendo desenhada desde meados do ano passado, na tentativa de se distanciarem de um título que ficou associado à Lava Jato e à corrupção.

As cores e o padrão gráfico deixam de ter semelhança com o logotipo vermelho e o padrão das letras da Odebrecht.

O tradicional "vermelho Odebrecht" deu lugar ao azul e ao amarelo na nova marca. "A aplicação dessas cores buscam representar aspectos como

abrangência global, foco em sustentabilidade e a força das relações humanas", diz a empresa em comunicado.

Segundo a Braskem, o novo logotipo busca expressar características como resiliência, foco e transparência. "O símbolo utilizado remete à letra 'B' e dá forma a uma seta, indicando a estratégia da empresa orientada ao futuro."

"Somos uma empresa jovem, com uma estratégia sólida e bem-sucedida de crescimento global. Para celebrar os 15 anos e marcar o início de uma nova fase, estamos lançando uma nova identidade visual que acompanhará nossa trajetória, de desafios e conquistas", diz Fernando Musa, presidente-executivo da Braskem.

Musa justifica que a mudança é o símbolo da ambição da empresa de seguir evoluindo como um importante competidor do setor petroquímico global. A Braskem é uma das maiores produtoras mundiais de resinas termoplásticas e já conta 8.000 integrantes e opera 41 plantas industriais —sendo 29 no Brasil, seis nos EUA, quatro no México e duas na Alemanha.

A petroquímica registrou lucro líquido consolidado no segundo trimestre de R\$ 1,142 bilhão, um salto de 316% em relação ao lucro de R\$ 275 milhões registrado mesmo período do ano passado, informou a empresa nesta quarta-feira (16).

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado foi de R\$ 3,029 bilhões, alta de 1% ante o mesmo período do ano passado.

A empresa atribui o desempenho no trimestre à "manutenção das saudáveis margens do setor petroquímico, além de ganho de capital com a venda da quantiQ e da maior produção do Complexo Petroquímico do México, que estava em processo de partida em meados do ano passado".

"CONTRA A CORRUPÇÃO"

No processo de mudanças de marcas, o nome da holding permanecerá intacto, mas a palavra Odebrecht será expurgada de todos os negócios que a abrigavam no nome —como a Odebrecht Óleo e Gás e a Odebrecht Realizações Imobiliárias, que até o fim do ano aparecerão repaginadas.

A cor vermelha do logotipo tradicional e a tipologia das letras padronizadas com a marca-mãe também serão descartadas.

Também fazem parte da lista a empresa de infraestrutura Odebrecht Transport, a Odebrecht Latinvest, de investimento em infraestrutura e logística, e a Odebrecht Agroindustrial, do setor de etanol.

Assim como a Braskem, a Foz, do setor de água e esgoto, e a Enseada, indústria naval, conservarão seus nomes, mudando apenas a marca.

A construtora e a holding são as únicas que permanecerão como são hoje.

Em entrevista à **Folha** no início de agosto, o diretor Marcelo Lyra, responsável pela área de comunicação da Odebrecht, disse que a empresa está passando por uma "trajetória de recuperação reputacional" e preparando respostas cobradas pela sociedade e também por seu público interno.

"Nós dividimos as principais mensagens. A primeira mensagem que a sociedade quer ouvir é o que nós estamos fazendo para não cometer mais os erros do passado. Quais são as mudanças efetivas na gestão da empresa e na governança? E isso está sendo feito com novos conselheiros, independentes, uma disciplina mais rigorosa, nos modelos de empresas de capital aberto, e todos os movimentos de reestruturação", disse Lyra.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Andrea Jubé e Bruno Peres | De Brasília

Título: Ministro da Fazenda está mais forte do que nunca, afirma Eliseu Padilha

Preocupado com a disseminação de informações sobre o enfraquecimento do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, na queda de braço com a base aliada, o Palácio do Planalto entrou em campo para conter o movimento. Ontem o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, foi a público elogiar Meirelles, após um evento com o presidente Michel Temer.

Ao **Valor**, Padilha afirmou que Meirelles "está mais forte do que nunca". Depois, em entrevista coletiva, o chefe da Casa Civil ressaltou que o titular da Fazenda conduziu "magistralmente" as discussões sobre o ajuste fiscal.

"Ninguém sofreu desgaste", enfatizou Padilha. "Quem é que contava com a inflação que tivemos? Essa inflação impacta diretamente a arrecadação. Tivemos uma queda de arrecadação muito grande. E o ministro Meirelles teve sensibilidade para conduzir esses processos", disse. "Foram vários dias para ver quais cortes poderíamos fazer nas despesas e com quais receitas extraordinárias poderíamos contar."

Escalado por Temer, Padilha agiu para rebater a informação de que as relações entre o presidente e Meirelles ficaram estremecidas. Isso porque o ministro deixou ganhar corpo a versão de que Temer e seu núcleo político cogitaram um déficit fiscal de R\$ 170 bilhões - muito acima dos R\$ 159 bilhões propostos pelo Ministério da Fazenda.

Segundo um auxiliar presidencial, na verdade "foi Meirelles quem fritou o palácio" ao permitiu que espalhasse a notícia de que o presidente e os ministros políticos avalizavam uma meta fiscal com folga para gastos dos parlamentares, com emendas e anistia tributária.

O mesmo auxiliar lembra que neste ano não se repetiu o embate do ano passado entre a equipe econômica e o núcleo político pela definição do déficit fiscal de 2017. Aponta que, desta vez, Padilha e o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), estavam afinados com Meirelles na fixação do déficit em R\$ 159 bilhões, apesar da pressão de parlamentares por uma maior folga fiscal.

No ano passado, Padilha e Jucá contrariaram Meirelles publicamente: ambos foram ao Twitter defender um déficit de R\$ 170 bilhões para 2017, enquanto Meirelles queria os R\$ 139 bilhões - agora reajustados para R\$ 159 bilhões, devido à queda na arrecadação.

Mesmo contrariado com a postura de Meirelles, Temer avalia que o ministro agiu dessa forma motivado por interesses pessoais: primeiro, para sagrar-se novamente "vitorioso" na disputa pela definição do rombo fiscal, como defensor de uma política de maior austeridade fiscal.

Em segundo lugar, para fortalecer-se como ministro da Fazenda, pré-candidato à Presidência da República. A depender da evolução da recuperação econômica, não se descarta o nome de Meirelles como candidato do governo à sucessão. O ministro, contudo, precisará calibrar a relação com os deputados da base aliada, a quem caberá aprovar os termos do Refis e a revisão do déficit fiscal.

Em café da manhã com líderes na residência do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), na terça-feira, Meirelles preparou-se para defender a aprovação da reforma da Previdência. Contudo, segundo relatos de um dos presentes, foi questionado sobre mudanças no programa de refinanciamento de dívidas de empresas com a União e na meta fiscal. Os deputados continuam resistindo a avançar na discussão sobre a reforma previdenciária.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Raphael Di Cunto, Edna Simão e Marcelo Ribeiro | De Brasília****Título: Reforma política e pacote fiscal vão travar debates sobre Previdência**

Com o Congresso focado na reforma política, a mudança da meta fiscal passou à margem das discussões ontem, mas líderes da base aliada defenderam sem ressalvas o pacote do governo para o ajuste nas contas. A oposição criticou, mas sinalizou que poderá ajudar a aprovar um dos 11 pontos, a regulamentação dos pagamentos acima do teto de R\$ 33 mil, os "supersalários". E congressistas avaliaram que o empenho para votar esses projetos impedirá discussões sobre a reforma da Previdência.

Entre os aliados, a percepção é de que as maiores resistências serão aos projetos que atingem "pessoas" (possíveis eleitores no ano que vem). Apontam duas propostas como as mais complicadas: aumento da alíquota previdenciária dos servidores que recebem mais que R\$ 5,5 mil de 11% para 14% e adiamento do reajuste salarial em um ano. Todos os projetos podem ser aprovados por maioria simples.

Todos os líderes ressaltaram que é preciso esperar os projetos chegarem ao Congresso, e os deputados começarem a ser pressionados pelos setores contrariados, antes de uma posição mais concreta. Com a reforma política no centro dos debates, a resposta que o **Valor** mais ouviu ontem à pergunta "o que você achou do pacote?" foi "o distritão não vai passar". "A turma ainda não viu os projetos, não dá para saber como será a reação", disse o líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE).

Para o representante da bancada do PSD na Câmara, Marcos Montes (MG), haverá ferrenha oposição dos setores atingidos, mas a linha adotada pelo governo foi correta. O líder do DEM, Efraim Filho (PB), também elogiou não haver aumento de imposto para adequar à meta.

A resistência aos cortes nos salários foi imediata de setores ligados ao funcionalismo. "Eu, como parlamentar de Brasília, vou votar tudo contra", disse o ex-líder do PSD, Rogério Rosso. "O parlamentar de São Paulo que não defende a indústria não tem que ser parlamentar. Aqui o setor público é 70% da economia."

Já o líder do PR na Câmara, José Rocha (BA), defendeu que, após o Supremo Tribunal Federal (STF) vetar reajuste em 2018 à magistratura, e o Ministério Público Federal recuar de seu próprio aumento salarial, ficou mais tranquilo aprovar o adiamento para servidores do Executivo.

A oposição criticou o projeto, tratado como a "falência da política econômica", e afirmou que o verdadeiro motivo do rombo foram os afagos à base aliada para o presidente Michel Temer sobreviver à denúncia criminal e defendeu outras alternativas, como taxar as grandes fortunas e o capital especulativo.

Disse ainda que trabalhará contra o "achaque" aos servidores, mas sinalizou, por outro lado, que pode votar a favor da proposta para regulamentar o pagamento de auxílios e salários que ultrapassem o teto remuneratório do funcionalismo público, hoje de R\$ 33 mil. "O teto a gente apoia porque já apoiava antes. Não é ajuste, é questão de moralizar o recebimento", disse o líder do PDT, deputado Weverton Rocha (MA). Para o líder da oposição na Câmara, José Guimarães (PT-CE) o extrateto é a única pauta que a oposição pode conversar com o atual governo.

Para o presidente da bancada ruralista, deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), outros dois pontos devem ter resistências: a reoneração da folha de pagamentos, que já perdeu a validade ao ser encaminhada por meio de medida provisória, e o congelamento do Reintegra. São pautas impopulares com os empresários.

Com tantos projetos complexos pela frente, que demandarão semanas ou meses para serem votados, e a provável segunda denúncia da Procuradoria-Geral da República contra Temer em setembro, parlamentares da base cravaram o fim da reforma da Previdência, que já estava em segundo plano pela falta de votos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Sem acordo, Câmara adia reforma e deixa valor do fundo para LOA

Divergências sobre o modelo eleitoral para escolha de deputados e vereadores e uma resistência crescente ao fundo eleitoral de R\$ 3,6 bilhões fizeram deputados recuarem ontem na proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma política. O valor do fundo sairá do projeto e será determinado na hora de definir o Orçamento de 2018. Numa tentativa de salvar o distritão, PP e DEM tentam negociar com outros partidos modelo híbrido.

A Câmara tentava aprovar, ainda na noite de ontem, o chamado texto-base da proposta e deixar os artigos mais polêmicos para terça-feira. Mas nem isso foi possível. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), encerrou a sessão logo após o fim da discussão, aprovada por 361 a 68. "O quórum está baixo, não

dá para votar com 430 em plenário", disse. Por ser uma PEC, é necessário o apoio de 308 deputados.

Com as contas apontando para a rejeição do distritão, modelo em que os candidatos mais votados são eleitos para deputado federal, estadual e vereador, independentemente do votos nos partidos, parlamentares do DEM e do PP sugeriram ao PT, PDT e PR uma alternativa, apelidada jocosamente de "distritão jaboticaba", porque só existiria no Brasil.

A sugestão é liberar também o voto direto nos partidos. Surgiram duas propostas para usar esses votos: distribuí-los proporcionalmente à votação de cada deputado da sigla (se o PT tivesse 100 mil votos, um candidato com 30% dos votos do partido teria somados 30 mil votos aos seus); ou somar aos votos recebidos pelo primeiro suplente, que poderia passar os eleitos com menos votos caso seus partidos não tivessem tanto apoio.

"Isso é babaquice. É a prova concreta de que [os defensores do distritão] estão derrotados", afirmou o deputado Roberto Freire (SP), presidente do PPS.

O PT ficou de analisar a proposta, mas o líder do partido, deputado Carlos Zarattini (SP), discursou contra o distritão e a favor do voto em lista fechada - que tem ainda menos apoio. Segundo Zarattini, a proposta ainda será debatida e não está rejeitada. Porém, ele afirmou que dará outra sugestão: manter o sistema proporcional, mas dobrar o percentual mínimo de votos para ser eleito e evitar o efeito "Tiririca".

No PR, parte dos deputados estava a favor do distritão, mas o comandante da legenda, o ex-deputado Valdemar Costa Neto, condenado no mensalão, mandou avisar que quem votasse a favor ficaria sem os recursos do fundo eleitoral - ele prometeu de R\$ 3,5 milhões a R\$ 4 milhões por candidato à reeleição. Costa Neto considera que, pelo distritão, perderá controle da bancada no Congresso, já que os parlamentares não dependerão mais do partido para se elegerem.

Outro partido do Centrão que se posicionou contra o distritão é o PRB. PR e PRB se aproveitaram, em 2014, do atual modelo eleitoral para ampliarem suas bancadas com dois puxadores de voto - Tiririca (PR-SP) e Celso Russomanno (PRB-SP). Além deles, o presidente licenciado do PSD, o ministro das Comunicações, Gilberto Kassab, também é contra, mas cedeu à maioria da bancada.

O grupo que defende o distritão para eleger deputados em 2018 já fez outra negociação para ampliar o apoio à proposta e prometeu ao PSDB aprovar o modelo apenas como uma transição para o distrital misto a partir de 2022 -

embora não exista compromisso de, na próxima legislatura, não tentar revogar essa segunda alteração. A conta, porém, é de que mesmo com o PSDB não há os 308 votos necessários para aprovar a mudança no sistema.

Os cálculos apontam pelo menos 220 deputados contra essa alteração. Se a emenda do distritão não for aprovada pela Câmara, o voto proporcional em lista aberta deve continuar em 2018. Neste modelo, os votos nos candidatos e nos partidos da coligação são somados para definir o número de cadeiras no Legislativo que esse grupo terá direito e as vagas são preenchidas pelos mais votados da coligação.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), criticou a manutenção do sistema eleitoral e disse que, sem essa alteração, não pautará a PEC apenas para criar um fundo eleitoral - o texto precisa ser aprovado nas duas Casas. Deputados têm usado isso como argumento para tentar convencer PR e PT.

A Câmara já recuou de um ponto, após aumentarem as resistências da sociedade e de parte dos deputados ao fundo eleitoral de R\$ 3,6 bilhões que seria criado com recursos do Orçamento na mesmo período em que o Congresso discute corte de gastos por causa de um rombo nas contas públicas. Após acordo, o fundo não será mais permanente e o valor não ficará mais na Constituição - o que dificultaria mudanças posteriores. A proposta agora é que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) decida o valor na Lei Orçamentária Anual (LOA). Isso empurrará a decisão para dezembro, quando menos atenções estarão voltadas para o assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Haroldo Lima

Título: Sinais que afetam a produção de petróleo no mundo

A manchete do **Valor** de 1º de agosto passado, "Licença ambiental bloqueia investimentos em petróleo", mostra que o desenvolvimento do Brasil não é um objetivo perseguido com firmeza. Empresas não conseguiram perfurar um único poço em áreas que arremataram com este objetivo em 2013, por problemas ambientais não equacionados.

É uma leniência significativa com o desenvolvimento do país, de resto presente em outros procedimentos. Em 2008, suspendemos toda licitação de blocos exploratórios no país por cinco anos, não permitindo qualquer exploração petrolífera em área nova. Também, após 11 anos da descoberta do pré-sal, só fizemos um leilão, e de um único bloco.

Essa política de contenção exploratória no setor petrolífero não é de interesse nacional. Agora, choca-se com a situação que surge no mundo, onde a demanda por petróleo tende a cair. Para realçar a questão, vale uma breve referência histórica.

Foi avassalador o crescimento da indústria do petróleo nos Estados Unidos logo após o êxito do famoso poço do "coronel" Drake, na Pensilvânia, em 1859. Cinco anos depois, já existiam 543 empresas no ramo petrolífero, todas trabalhando para produzir e vender o combustível iluminante, o querosene.

Eis que, em 1882, surge a lâmpada incandescente e a iluminação a querosene fica sem futuro. A indústria do petróleo, com seu principal produto desbancado, não sobreviveria como grande indústria se duas inovações não tivessem aparecido: os motores dos ciclos Otto e Diesel, criados respectivamente em 1878 e 1894, e que usavam como combustível a gasolina e um óleo derivado do petróleo.

Em torno desses dois motores, desenvolveu-se enormemente a indústria automobilística mundial e o petróleo encontrou seu amplo escoadouro, passando a ser usado basicamente para movimentar veículos pelo mundo afora, hoje em número que ultrapassa um bilhão.

Vem então a novidade do momento: esses veículos passam agora por um ponto de inflexão e sua produção avizinha-se do declínio.

No dia 5 de julho passado, a montadora sueca Volvo anunciou que "todos os seus veículos a partir de 2019 terão motores elétricos".

A Bloomberg New Energy Finance mostrou que hoje, na Noruega, "mais de um terço de todos os carros novos são elétricos" e que o país "planeja, para 2025, não mais vender carros novos a gasolina ou a diesel".

A China, a gigante socialista da Ásia, prepara-se para liderar o futuro mercado de carros elétricos, já estando, em números absolutos na dianteira no mundo, com os EUA e o Japão.

Em julho deste ano, o presidente francês, Emmanuel Macron, informou que seu país "vai encerrar as vendas de veículos a gasolina e diesel até 2040".

Se o crescimento se mantiver, em 2030 cerca de 80% dos veículos novos vendidos no planeta serão elétricos

Nos Estados Unidos, a Tesla, que fabrica só carros elétricos, vendeu no ano passado 76 mil desses carros e no primeiro trimestre deste ano 70% a mais que no mesmo período do ano anterior.

Em abril passado, um fato surpreendente foi noticiado: o valor de mercado da Tesla, fundada em 2003, chegou a US\$ 58 bilhões, maior que o da Ford e maior que o da GM, as duas mais tradicionais empresas automobilísticas da América.

A Jaguar Land Rover e as alemãs Audi e Mercedes Benz anunciaram que lançarão modelos elétricos em 2018 e 2019, a alemã BMW divulgará o seu carro em setembro próximo e a Chevrolet lançou o seu "elétrico popular", batizado de "Bolt".

O número de carros elétricos em circulação ainda é incomparavelmente menor que o dos tradicionais. O petróleo, ademais, tem muitos outros usos. Mas os fatos indicam uma reorientação, a curto prazo, da indústria automobilística. Projeções dão conta de que, se o crescimento de 2013 para cá se mantiver, em 2030 cerca de 80% dos veículos novos vendidos no planeta serão elétricos. Daí a Bloomberg afirmar que não estamos em uma "época de mudanças, mas ante a mudança de uma época". Isto deve nos levar a rever planos e atitudes.

Inicialmente constatar que essa provável retração na demanda de petróleo acontece justo quando passamos a ter muito petróleo. E acontece no quadro da chamada Quarta Revolução Industrial, que aponta para uma grande conectividade digital e para a automação. Os fatos nos remetem ao ex-ministro de Energia da Arábia Saudita, Sheik Ahmed Yamani, para quem "a idade da pedra terminou não por falta de pedra, mas porque mudou a tecnologia, e a idade do petróleo acabará não por falta de petróleo, mas também pela mudança tecnológica". Impõem-se mudanças.

A primeira delas é de atitude: certa leniência na busca do desenvolvimento deve ser afastada. Interessa-nos aproveitar o petróleo que temos o mais rápido possível, sem o que o tempo passará e poderemos ficar "pendurados na brocha".

A Petrobras deve procurar aprofundar sua condição de empresa "verticalizada", que atua do poço ao posto; "integrada", presente em petroquímica, fertilizantes, distribuição, biocombustíveis etc.; internacionalizada.

Em exploração e produção, seu esforço deve ser voltado para o pré-sal e em campos estratégicos. Seu endividamento não deveria ter-lhe levado a vender, por exemplo, os campos de Carcará, no pré-sal, onde já era operadora. As grandes empresas frequentemente têm dívidas, grandes dívidas. Fazem certos desinvestimentos, mas, tendo grande geração de caixa e sendo estatal, procuram "rolar" a dívida.

Assim como grandes companhias que estiveram durante quatro décadas no Mar do Norte e de lá saíram quando campos outrora gigantes entraram em declínio,

também a Petrobras deveria passar para grupos menores, especialmente brasileiros, a continuidade da produção em campos que lhe foram fundamentais há décadas, mas que hoje já estão em declínio.

A Petrobras não deve fazer investimentos em campos que já se encontram em declínio, porque precisa fazê-los no pré-sal, muito mais produtivo. Esses campos, na Bacia de Campos, no Nordeste e em outras bacias podem ser base para crescimento de empresas menores que, fazendo aí investimentos, podem revitalizá-los, aumentando a produção, emprego e rendas. Ganharia a União, Estados e municípios e, com os royalties aumentados, a educação e saúde dos brasileiros.

Haroldo Lima é engenheiro, consultor na área de petróleo, ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Vale vende mina de cobre

A Vale e a African Rainbow Minerals (ARM) chegaram a um acordo para vender uma fatia de 80% detida conjuntamente por elas na mina de cobre Lubambe, na Zâmbia. A venda será feita para o fundo de private equity EMR Capital, por US\$ 97,10 milhões, pagos em dinheiro. Segundo comunicado divulgado ao mercado pela ARM, o acordo foi feito com a Vale por meio da Vale International, subsidiária integral da mineradora brasileira, e inclui a participação no patrimônio da mina Lubambe e também empréstimos feitos para o empreendimento.

Preço do minério cai

O minério de ferro negociado no porto chinês de Qingdao recuou 0,96% ontem, para US\$ 72,97 por tonelada, no quarto dia consecutivo de queda. O preço vale para o produto com concentração de 62% de ferro. Os dados são da "Metal Bulletin". Segundo a publicação, o comportamento do minério de ferro acompanha as tendências indefinidas de preços no mercado siderúrgico da China. Com o desempenho de ontem, o preço médio da commodity no mês é de US\$ 74,34 a tonelada. No acumulado de agosto até agora, o minério tem queda de 0,99%; no ano, o recuo é de 7,5%.

Investimento em gás

O governo espera que as mudanças regulatórias do setor de gás natural, apresentadas no âmbito do programa Gás Para Crescer, destravem investimentos de R\$ 50 bilhões, disse ontem a diretora do Departamento de Gás Natural do Ministério de Minas e Energia (MME), Symone Araújo. Segundo ela, existe potencial para que o mercado brasileiro de gás, hoje de 76 milhões de metros cúbicos diários, possa ser triplicado até 2030. O MME apresentou ontem, em audiência pública na Câmara dos Deputados, as principais propostas de ajustes no marco regulatório. A intenção é convocar para a semana que vem uma reunião com agentes do mercado para discutir o texto final das propostas - que, em seguida, serão encaminhadas à Casa Civil e ao Congresso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Aneel cobra da Eletrobras R\$ 3 bi por má gestão da CCC

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) avançou ontem no acerto de contas que tem feito com a Eletrobras para apurar supostas irregularidades cometidas no período em que a estatal permaneceu como gestora dos fundos do setor elétrico. Ontem, a equipe de fiscalização financeira do órgão regulador expediu a cobrança de R\$ 2,998 bilhões por repasses considerados indevidos à subsidiária do grupo estatal Amazonas Energia.

Os valores teriam sido movimentados durante sete anos por meio de desembolsos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), fundo usado para custear a geração das termelétricas nos sistemas isolados. O problema envolve, basicamente, a contabilidade de recursos usados para subsidiar a compra de combustível fornecido pela Petrobras à Amazonas Energia. Mas o trabalho de fiscalização é mais abrangente, atinge outras beneficiadas da CCC, como Ceron, Eletroacre, CEA, CERR, Boa Vista Energia, Celpe, Cemat e Celpe.

O saldo da dívida da Amazonas Energia caiu em relação aos R\$ 3,7 bilhões apurados preliminarmente em março. O novo valor está atualizado a junho. Se confirmado o ressarcimento, o dinheiro entrará como receita no orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e seu efeito poderá ser sentido pelos consumidores com a redução nas contas de luz em 2018.

A decisão de cobrar a devolução de recursos usados pela Amazonas Energia foi tomada pelas equipes de fiscalização da Aneel que assinaram o despacho que impõe o pagamento da dívida no prazo de 90 dias. A partir da publicação, a Eletrobras terá o período de dez dias para apresentar recurso. A análise dos argumentos da companhia será feita pela diretoria colegiada da agência reguladora.

Parte da determinação da Aneel envolve o comando para que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) interrompa os repasses mensais em torno de R\$ 60 milhões à Amazonas Energia. Esse montante era, até agora, usado para pagar os contratos de confissão de dívida (CCDs) com a Petrobras.

O conjunto histórico de passivo da Eletrobras com a Petrobras, que levou a firmar os CCDs, também envolve outras subsidiárias de distribuição do grupo estatal. O valor final da dívida alcança o rombo de R\$ 9 bilhões. Somente a parte atrelada à Amazonas Energia soma R\$ 1 bilhão.

De acordo com a Aneel, a Eletrobras não admite que acumula dívidas com a CCC. Pelo contrário, a estatal alega ser credora do fundo setorial em valor acima de R\$ 3 bilhões.

A fatura foi endereçada à Eletrobras por ter cumprido o papel de gestora da CCC, e demais fundos do setor, até abril deste ano. Desde então, a responsabilidade foi assumida pela CCEE. Essa mudança era um pleito histórico da Aneel, que considerava haver conflito de interesse no fato de a estatal ser, ao mesmo tempo, administradora e beneficiária dos recursos do setor.

A outra dívida da estatal relacionada a fundos setoriais envolve a Reserva Global de Reversão (RGR). A Aneel cobra um valor histórico de R\$ 2 bilhões que, atualizado, foi reconhecido em balanço da companhia em mais de R\$ 8 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Fabio Murakawa e Daniel Rittner | De Brasília

Título: Minoritário quer investigar venda da Petrobras Argentina

A compra dos ativos da Petrobras Argentina (Pesa) pela Pampa Energía, do empresário Marcelo Mindlin - próximo à família do presidente Mauricio Macri -, chegou à força-tarefa da Operação Lava-Jato. Representantes dos acionistas minoritários da Petrobras levaram o caso a procuradores em Curitiba, levantando suspeitas. Receberam deles a tarefa de entregar subsídios para uma nova frente de investigação.

"Eles me pediram que juntasse documentos e elaborasse uma espécie de dossiê, para uma futura investigação", disse ao **Valor** o advogado Felipe Caldeira, que esteve com os procuradores Orlando Martello e Paulo Galvão anteontem na capital paranaense.

Caldeira tem trânsito em Curitiba por ter sido advogado do ex-diretor da área internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, já condenado em processos relativos à Lava-Jato e que hoje cumpre prisão domiciliar em Itaipava (RJ).

Os minoritários alegam que a fatia da Petrobras na subsidiária foi vendida a preço muito baixo - R\$ 892 milhões, em comparação ao R\$ 1 bilhão desembolsado em 2002 pela compra do ativo. E levantam suspeitas sobre a coincidência de datas e os personagens envolvidos. O negócio foi assinado um dia depois da votação do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff na Câmara, que resultou em seu afastamento. Aldemir Bendine, presidente da estatal à época e responsável pela venda, está hoje preso em Curitiba.

Em outra frente, a deputada opositora Victoria Donda apresentou denúncia à Justiça da Argentina questionando o preço de venda das ações da Petrobras Argentina detidas pela Anses - gestora dos fundos de pensão estatizados no fim da década passada - para a Pampa. Ela cita um informe da consultoria Deloitte situando o valor da Petrobras Argentina entre US\$ 11 e US\$ 14,22 por ação no dia em que a venda foi concretizada. As ações foram negociadas, entretanto, a 10,3735. Ela argumenta que o baixo preço teria levado a um prejuízo estimado em cerca de US\$ 50 milhões.

Além disso, segundo ela, Macri criou uma "jabuticaba argentina", ao inserir um artigo que permite a venda de ações da Anses na chamada "Lei de Reparação Histórica" - sancionada no ano passado para corrigir o valor das aposentadorias no país.

"Essa venda da Petrobras Argentina à Pampa foi feita em inconformidade com a lei argentina. Queremos que se investigue a possibilidade de fraude justamente por essa pressa em vender [os ativos] à revelia da lei", disse a deputada ao **Valor** após uma audiência sobre o tema, ontem, na Câmara.

Em meio à polêmica, o embaixador da Argentina em Brasília, Carlos Magariños, atuou na tentativa de impedir que Victoria fosse ouvida pelos deputados brasileiros. Segundo fontes, ele sugeriu ao deputado Alfredo Kaeffer (PSL-PR), autor do requerimento, para que a deputada opositora não depusesse. E conseguiu: ela foi à sessão, mas sentou-se à plateia, sem acesso aos microfones da Casa. À reportagem, Kaefer disse apenas que não queria criar "uma situação de constrangimento" com o governo argentino. Procurado, o embaixador não respondeu.

Magariños não é diplomata e foi indicado ao cargo por sua proximidade com Macri. Mindlin, um dos principais empresários do país, comprou a empreiteira Iecsa do primo do presidente argentino - o que ajuda a aguçar o interesse dos opositores pela operação.

Na audiência, a defesa da Petrobras coube à gerente do Departamento Jurídico de Aquisições e Desinvestimentos, Claudia Zacour. Segundo ela, a Pampa arrematou a oferta porque "ofereceu a melhor proposta comercial". Sobre o preço de venda, afirmou: "A Petrobras Argentina que compramos não é a mesma que nós vendemos. Nós vendemos ativos ao longo do processo e compramos também."

Diretor jurídico da Pampa Energía, Diego Salaverri afirmou que "o processo foi absolutamente transparente". "O preço foi negociado de forma livre, sem nenhuma interferência", disse. "Foi o preço máximo que Pampa estava disposta a pagar e, assumimos, a melhor oferta que Petrobras recebeu."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Braskem muda marca e intensifica atuação global

No dia em que celebrou 15 anos de operação, a Braskem colocou em marcha uma nova estratégia de imagem para tentar se dissociar da Operação Lava-Jato e, ao mesmo tempo, reforçar seu papel como competidora global na indústria petroquímica. Além de lançar nova marca, a companhia reduziu a lista de pendências relacionadas à operação, com a publicação no Brasil dos balanços auditados de 2016 e do primeiro e segundo trimestres deste ano.

Esses movimentos vêm em um momento em que começam a ser discutidas, pelos controladores Odebrecht e Petrobras, medidas que devem trazer mudanças significativas à Braskem. O **Valor** informou, no início do mês, que os sócios avaliam levar a sede da petroquímica para os Estados Unidos, com realização de uma oferta de ações de Nova York, entre outras alternativas para aumentar seu valor. Publicamente, Petrobras e Odebrecht informaram apenas que começaram a conversar sobre a revisão do acordo de acionistas.

"É uma boa oportunidade para marcar essa transição de ciclo, para uma empresa global, sem esquecer o nosso coração brasileiro", disse o presidente da Braskem, Fernando Musa, referindo-se ao lançamento da marca ontem, aniversário da empresa. Na semana passada, a Odebrecht já havia informado que adotou nova estratégia para suas empresas, que foram liberadas para mudar marcas e até retirar o nome da holding, caso o utilizassem. O grupo, porém, segue como Odebrecht após a Lava-Jato.

Questionado em teleconferência sobre a possibilidade de transferência da sede da Braskem de Camaçari (BA) para os Estados Unidos, com nova listagem naquele país, Musa lembrou que a petroquímica já participa do mercado

americano com recibos de ações (ADRs), que representam 7% de seu capital. E acrescentou: "A Braskem faz uma série de estudos na busca de agregar valor a todos os seus acionistas. Não temos nada de concreto e vamos seguir buscando oportunidades".

Para levar adiante uma dessas alternativas, a companhia ainda tem ao menos um obstáculo a eliminar, a entrega do relatório 20-F à Securities and Exchange Commission (SEC). Conforme Musa, a petroquímica confia que poderá arquivar o documento antes de novembro, prazo concedido pela autoridade americana. No Brasil, os balanços entregues no fim da noite de terça-feira vieram com ênfase da KPMG, por causa do acordo de leniência de R\$ 3,1 bilhões firmado no Brasil, nos Estados Unidos e na Suíça.

Segundo Musa, um novo contrato de fornecimento de longo prazo de nafta, que também traria valor à empresa na opinião de analistas, será debatido com a Petrobras "no momento adequado". Questionado sobre o assunto, afirmou que a busca de competitividade na matéria-prima é tema contínuo, o que significa que preço, qualidade e duração dos contratos fazem parte de um "diálogo contínuo". "O contrato foi renovado no fim de 2015 e acaba em 2020. Temos tempo, mas não pretendo deixar para a última hora", acrescentou.

Depois do crescimento de 4% da demanda doméstica de resinas no primeiro semestre, a Braskem reiterou a previsão de alta de 2% a 3% no ano. O primeiro trimestre, comentou Musa, trouxe uma surpresa positiva após alguns setores da economia mostrarem um desempenho melhor do que esperado, mas no segundo trimestre houve alguma "perturbação", diante da crise política. "Fora do Brasil, a demanda segue nos patamares esperados, então não há grande variação em relação ao que foi indicado anteriormente", afirmou.

Já os spreads (diferença de preço em relação à matéria-prima), que voltaram a patamares saudáveis no segundo trimestre, devem ser pressionados pela entrada de capacidade de eteno e polietileno nos Estados Unidos. De abril a junho, a manutenção da rentabilidade da indústria petroquímica global diante de spreads positivos, o efeito extraordinário da conclusão da venda da quantiQ e a evolução do complexo petroquímico do México, que no segundo trimestre do ano passado ainda entrava em operação, sustentaram os resultados da petroquímica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Etanol começa a ganhar espaço no mix de produção das usinas

Depois de um período de quase duas safras marcado pela ampliação das apostas na produção de açúcar para exportação, as usinas sucroalcooleiras da região Centro-Sul começam a "girar a chave" das operações para abrir mais espaço à produção de etanol, já que o biocombustível aos poucos passa a proporcionar às companhias uma remuneração melhor que a da commodity.

Desde que o governo elevou as alíquotas de PIS/Cofins sobre os combustíveis, o que deu maior competitividade ao etanol hidratado (usado diretamente nos tanques dos veículos) em relação à gasolina nas bombas de alguns Estados - incluindo São Paulo -, a demanda pelo produto reagiu. O movimento garantiu cinco semanas consecutiva de altas do indicador de preços do hidratado nas usinas do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/Esalq/USP).

William Hernandez, sócio da consultoria FG/A, afirma que atualmente as vendas de etanol hidratado têm gerado às usinas uma remuneração média entre 5% e 10% superior à do açúcar VHP - e, segundo ele, essa diferença poderá aumentar para 15% a 20% durante a entressafra. Enquanto os contratos de hidratado para entrega no curto prazo estão sendo negociados em torno de R\$ 1,41 o litro na B3, os de vencimento no fim do ano já se aproximam de R\$ 1,60.

"Quem está segurando o etanol para entrega em dezembro pode conseguir um ganho de 10%. No mercado de açúcar, não tem essa diferença entre os contratos com vencimento entre outubro e março do ano que vem", diz Hernandez.

As cotações do açúcar continuaram pressionadas na bolsa de Nova York, diante de uma safra internacional (2017/18, que terá início em outubro) para a qual se espera superavit. Ontem, os contratos para outubro caíram abaixo da "barreira" de 13 centavos de dólar a libra-peso; os papéis para março de 2018 fecharam em 13,79 centavos, menor valor de um contrato de segunda posição de entrega desde dia 29 de junho.

Tais oscilações não mudarão o tom mais "açucareiro" desta safra em relação ao ciclo passado, avalia Hernandez, mas vão atenuá-lo. Em 2016/17, 46,3% do caldo da cana processada no Centro-Sul foi destinado à produção de açúcar, de acordo com dados da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

De qualquer forma, alguns executivos do segmento indicaram que as apostas no etanol ainda poderão ser intensificadas com a volta das chuvas no Centro-Sul, que forcem as usinas a parar as atividades - e, nesse meio tempo, a programação de produção das unidades pode mudar.

Assim, a FG/A já ajustou suas estimativas de safra. A consultoria passou a estimar a produção de açúcar do Centro-Sul em 36,7 milhões de toneladas, ante as 37,2 milhões projetadas inicialmente. Para o etanol (anidro e hidratado), a previsão foi elevada de 24 bilhões de litros para 24,3 bilhões. No novo cenário, 48,1% do caldo de cana processado na região será destinado ao açúcar.

A mudança de cenário pautou todas as teleconferências das empresas do segmento com ações negociadas em bolsa sobre os resultados do primeiro trimestre da safra 2017/18. "Estamos analisando a possibilidade de produzir mais anidro e hidratado para capturar essas diferenças de preço", disse em uma delas Paula Kovarsky, diretora de relações com investidores da Cosan, que tem participação de 50% na Raízen Energia.

De acordo com a executiva da Cosan, o anidro já remunera melhor que o açúcar em todos os Estados. Mas ela ponderou que a produção do anidro consome mais vapor, o que reduz a cogeração em um momento no qual os preços de energia elétrica no mercado livre dispararam e superaram a marca de R\$ 500 o megawatt-hora (MWh).

Rui Chammas, presidente da Biosev, afirmou, por sua vez, que a companhia alterou o mix de uma de suas usinas em Mato Grosso do Sul mais para o etanol no primeiro trimestre, e que as outras duas unidades no Estado seguiram o mesmo caminho. "O mix pode mudar até em São Paulo", acrescentou. Mas o executivo ressaltou que essa dinâmica é "bastante volátil". A Biosev tem cinco usinas em São Paulo.

A São Martinho preferiu não alterar sua estimativa para o mix e indicou que deverá continuar garantindo a produção de açúcar, boa parte dela contratada tendo como referência os contratos para outubro na bolsa de Nova York.

A empresa tem, contudo, cerca de 120 mil toneladas de açúcar oriundas de cana própria com produção nesta safra e sem preço fixado, o que deixa uma janela para uma eventual mudança de mix. "Há muita água para rolar. Prestamos muita atenção para tomar decisões acertadas e manter as melhores remunerações possíveis", afirmou Fabio Venturelli, presidente do grupo São Martinho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Cristiano Zaia | De Brasília

Título: É inviável o país cumprir meta de avanço para biocombustíveis, conclui Embrapa

Apesar dos aparentes esforços do governo e da iniciativa privada, dificilmente o Brasil conseguirá cumprir a meta de elevar para 18% a participação dos biocombustíveis em sua matriz energética até 2030, como foi prometido pelo país na Conferência Mundial do Clima de Paris (COP-21).

É o que sinaliza um estudo inédito elaborado pela Embrapa Agroenergia, que traça quatro cenários para os volumes de biodiesel e etanol que o país precisaria produzir para alcançar o objetivo. Em todos eles, porém, o Brasil só cumpriria o objetivo traçado se incluísse na conta outras fontes de energia, como cogeração a partir da queima do bagaço da cana e do carvão vegetal.

O problema é que, como ressalta o estudo da Embrapa, o Acordo do Clima estabelece que a meta deve ser cumprida com biocombustíveis líquidos. E como há um "teto" previsto para o etanol, que deverá registrar crescimento anual relativamente baixo no horizonte previsto, o peso da missão recai sobre o biodiesel, que tem atualmente 70% de sua produção no país proveniente da soja, principal grão cultivado no Brasil.

As perspectivas, portanto, não são animadoras. No primeiro cenário, a Embrapa considera que a produção de etanol continuará a crescer 5% ao ano, até chegar a 50 bilhões de litros em 2030, ou 6,1% da matriz energética brasileira. Assim, o volume de biodiesel necessário para cumprir o prometido na COP-21 precisaria chegar a 63 bilhões de litros, ou 11,9% da matriz, o que demandaria um percentual de 69% de mistura no diesel fóssil (B69), de acordo com as projeções feitas pela estatal.

Hoje o percentual de mistura obrigatória de biodiesel no diesel é de 8% (B8). "Chegar a essa quantidade de biodiesel em 2030 é inviável, portanto todos os cenários mostram que só com os combustíveis não será possível cumprir a meta do Acordo de Paris", afirma Bruno Laviola, um dos seis pesquisadores da Embrapa Agroenergia envolvidos no trabalho.

O segundo cenário parte da hipótese de que, se a taxa de crescimento do etanol brasileiro dobrar para 10,2% ao ano, o volume produzido atingiria 79,5 bilhões de litros em 2030, ou 9,7% da matriz energética do país. Isso significa que restariam ao biodiesel, para cumprir a meta, os 8,3% restantes - ou seja, seria preciso que o percentual de mistura subisse para 48% (B48), marca também considerada inviável pela Embrapa.

No caso dos dois últimos cenários, Laviola explica que o objetivo não foi mais encontrar uma conta matemática que buscasse preencher os espaços exigidos para produção de biodiesel e etanol, mas sim estimar o potencial de expansão do plantio da soja, a principal matéria-prima de sua fabricação no país.

O terceiro cenário indica que, se o percentual da safra brasileira de soja utilizada hoje para o biodiesel (15%) mais do que dobrar, para 35%, será possível obter uma mistura de biodiesel de 15% no diesel (B15). Mesmo assim, a participação do biocombustível na matriz energética seria de apenas 2,6%. Se forem considerados os mesmos 9,7% de presença do etanol na matriz, faltariam 5,7% para cumprir a meta, espaço que teria que vir de outros produtos, como bioquerosene ou biogás, que ainda não têm escala de produção comercial no Brasil.

O quarto cenário prevê que se 50% do volume de soja produzido nacionalmente fosse destinado ao biodiesel, seria viável uma mistura de 21% (B21) do produto no diesel até 2030 - participação de 3,7% na matriz. "A mensagem é que o Brasil tem que diversificar urgentemente as matérias-primas com escala de produção [para a produção de biocombustíveis], como gordura animal, algodão, girassol, canola e amendoim", destaca Laviola. "Hoje não temos problema com matéria-prima para o biodiesel, mas em 2030 podemos ter", acrescenta.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Daniela Meibak e Silvia Rosa | De São Paulo

Título: Petrobras capta R\$ 4,989 bilhões com emissão de debêntures

A Petrobras fechou ontem a captação de R\$ 4,989 bilhões por meio da quinta emissão de debêntures. É a maior captação no mercado local da estatal. A oferta contemplou a colocação de R\$ 1,391 bilhão de papéis incentivados, que seguem a Instrução 12.431 e que oferecem isenção de Imposto de Renda para investidores pessoas físicas.

A demanda para a oferta chegou a superar R\$ 10 bilhões, segundo fontes do mercado.

Foram colocados R\$ 301 milhões na primeira série, composta por debêntures incentivadas com prazo de vencimento de cinco anos e com remuneração atrelada ao papel do Tesouro Nacional indexado ao IPCA (NTN-B) para 15 de agosto de 2022 mais uma taxa negativa de 0,05% ao ano. Apesar da remuneração ter saído inferior à da NTN-B de mesmo prazo, o retorno para o investidor será maior, já que o papel conta com o benefício fiscal.

Na segunda série, foram vendidos R\$ 1,090 bilhão em papéis incentivados com vencimento de sete anos a uma taxa de 0,3% ao ano mais a variação da NTN-B de mesmo prazo. Na oferta de papéis não incentivados, foram colocados R\$ 3,346 bilhões na terceira série, com prazo de cinco anos e remuneração de 106,75% do CDI.

A remuneração da quarta série, com vencimento em sete anos, é uma taxa prefixada de 0,9% ao ano mais a variação da NTN-B de mesmo prazo.

A liquidação da operação está prevista para o fim de agosto. A operação foi coordenada pelo Itau BBA, Bradesco BBI, Banco do Brasil Investimentos e Banco Safra.

A oferta bem sucedida da Petrobras difere da última tentativa de captação via debêntures da empresa em 2015, quando havia uma grande desconfiança do mercado com o impacto da Operação Lava-Jato e oferta foi cancelada.

Os recursos captados via debêntures de infraestrutura serão destinados às atividades de exploração e avaliação na área dos blocos de Franco, Florin, Nordeste de Tupi e Entorno de Iada, do contrato de cessão onerosa e para atividades de desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural nos campos de Búzios, Itapu, Sépia e Atapu, limitadas às atividades aprovadas pela ANP.

Os recursos das debêntures sem incentivo fiscal serão destinados ao reforço de caixa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação & Tributos

Autor: Beatriz Olivon | De São Paulo

Título: STF analisa construção de hidrelétricas

O Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar ontem a validade da Medida Provisória nº 558, de 2012, convertida na Lei nº 12.678, que alterou limites de parques nacionais da Amazônia legal para a construção de cinco hidrelétricas - entre elas, Jirau e Santo Antônio. Por ora, apenas a relatora, ministra Cármen Lúcia, votou. Considerou a norma inconstitucional. Sem, porém, alterar o funcionamento das usinas.

A ação direta de inconstitucionalidade (nº 4717) foi proposta pela Procuradoria-Geral da República (PGR). A MP determina a redução dos limites dos Parques Nacionais da Amazônia, dos Campos Amazônicos e Mapinguari, das Florestas Nacionais de Itaituba I, Itaituba II e do Crepori e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós para a construção do Aproveitamento Hidrelétrico Tabajara, no Rio Machado.

Na ação, a PGR afirma que essas unidades de conservação são importantes para a preservação do bioma da Amazônia. E, por serem espaços territoriais

especialmente protegidos, qualquer alteração nos limites só poderia ser feita por meio de lei.

O Aproveitamento Hidrelétrico Tabajara inclui as usinas de Jirau e Santo Antônio, que estão em pleno funcionamento. As usinas Tabajara, São Luiz do Tapajós e Jatobá estão inseridas no plano de expansão energética de 2018. A construção das duas últimas, porém, não avançou, em cumprimento a determinação judicial.

Tendo em vista o funcionamento das usinas, a ministra Cármen Lúcia ponderou que qualquer decisão no caso não descaracterizaria o que está feito desde a edição da MP. Ou seja, a situação é irreversível na área onde estão as usinas de Jirau, Santo Antônio e parte de Tabajara.

Assim, apesar de não ter consequências práticas, o voto indica que MP não pode ser usada para redução ou supressão de áreas de preservação. A relatora citou precedente que admite medida provisória para essa matéria, mas em caso de ampliação de espaço de proteção ambiental. O ministro Gilmar Mendes sugeriu, então, que a norma fosse declarada "ainda constitucional". A ministra não se opôs, desde que fique claro que redução não pode ser feita por MP.

MME / ASCOM .